

UM OLHAR SOBRE OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIs) BRANCA DE NEVE E VALERIA PERILLO: uma visão da comunidade que os integra

Diene de Fátima Daniel¹

Edna Abadia de Miranda²

Fábia Gomes Vieira Tavares³

Gizela Bastos da Mota Almeida⁴

Resumo: O artigo da presente pesquisa tem como foco a Educação Infantil. Objetiva investigar acerca da concepção que têm os Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs – de São Luís de Montes Belos, Branca de Neve e Valéria Pirillo, fundados respectivamente em 1979 e 2006, para as comunidades que os integra. Primeiramente apresenta o processo histórico de estruturação dos centros de atendimento à criança, depois fala-se do tipo de ensino ministrado no CMEI e finalmente expõe a visão da comunidade sobre os CMEIs.

Palavras-chave: Educação Infantil; CMEIs; Infância.

Abstract: The article of the present research focuses on childhood education. Aims to investigate about the design that have enrolled in municipal daycare centers - CMEIs - São Luís de Montes Belos, Snow White and Valeria Pirillo, founded respectively in 1979 and 2006 to communities that integrates them. First presents the historical process of structuring the child care centers, then talks about the type of education provided in CMEI and finally presents the vision of the community about the CMEIs.

Keywords: Child Rearing; CMEIs; Childhood.

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual- Unidade Universidade de São Luís de Montes Belos Acadêmica do Curso de Pedagogia participante do projeto de Pesquisa **A CONCEPÇÃO DOS CMEIS (CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL) PARA A COMUNICADADE QUE OS INTEGRA.**

² Licenciada em Pedagogia Pela Universidade Estadual de Goiás- Unidade Universitária d São Luís de Montes Belos, Pós graduada em Psicopedagogia UEG/FUNCER, Coordenadora adjunta e professora do curso de Pedagogia da Faculdade Montes Belos, professora dos cursos de pós-graduação *lato sensu* da Faculdade Montes Belos.

³ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás - Unidade Universitária de São Luís de Montes Belos e participante do projeto de Pesquisa **A CONCEPÇÃO DOS CMEIS (CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL) PARA A COMUNICADADE QUE OS INTEGRA.**

⁴ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás, Especialista em Docência Universitária pela UEG- FUNCER, Especialista em Gestão Estratégica em Educação pela Faculdade Montes Belos, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás - Unidade Universitária de São Luís de Montes Belos, coordenou o projeto de Pesquisa - **A CONCEPÇÃO DOS CMEIS (CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL) PARA A COMUNICADADE QUE OS INTEGRA, 2009**, professora e coordenadora do curso de Pedagogia da Faculdade Montes Belos, professora dos cursos de pós-graduação *lato sensu* da Faculdade Montes Belos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou compreensão acerca da estruturação e organização dos centros de atendimento à criança e ao mesmo tempo, relacionar a criação desses centros à forma como os pequenos foram acolhidos e cuidados no decorrer da história. Buscou-se conhecer, ainda, quais os critérios de seleção para obter acesso a essas instituições, na história e na atualidade e a organização desse espaço educativo. A pesquisa centrou-se na representação que os Centros de Educação Infantil Branca de Neve e Valéria Pirillo possuem para a comunidade que os integram.

Verifica-se, assim, a importância da instituição de Educação Infantil no desenvolvimento da criança e em seu direito à infância, destaca a obrigação do poder público em garantir acesso e permanência da criança na faixa etária de 0 a 5 anos, nesta modalidade da educação básica. Abrange a dimensão destas instituições estarem vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, com propostas pedagógicas específicas a área de atendimento e acompanhamento de profissionais que auxiliam na superação dos desafios, garantindo ensino e cuidados de qualidade.

Com efeito, deseja-se despertar um olhar diferenciado sobre a educação infantil, com a possibilidade de colaboração com a formação das pesquisadoras e ampliar o conhecimento dessa etapa de ensino como iniciação da educação integral da criança. Kramer (2004) ressalta que o ambiente da educação infantil deve estar alicerçado na confiança e na autonomia, que as atividades desenvolvidas pelos profissionais precisam estar pautadas na firmeza e na segurança, estabelecendo, assim, uma relação afetiva com a criança.

A pesquisa empírica realizada nos dois CMEIs de São Luís de Montes Belos - Branca de Neve e Valeria Perillo - objetivou obter informações sobre a visão que a comunidade que integra essas instituições têm em relação ao atendimento à criança. Para tanto, foram aplicados questionários à professores e responsáveis pelas crianças e foram feitas entrevistas com pessoas que participaram da implantação das creches nesta cidade. Contou-se com a análise de documentos cedidos pela Secretaria Municipal de Educação, o que possibilitou compreender melhor a organização desses centros de atendimento à criança pequena.

Nos dados obtidos observa-se que a comunidade aponta a CMEIs/creches como

lugar necessário no cuidado de suas crianças durante o período que trabalham. Consideramos como ambientes seguro, limpo e organizado para atender as necessidades da criança. Os CMEIs pesquisados contam com profissionais em fase de aperfeiçoamento para o desempenho de suas atividades junto às crianças, no qual quarenta por cento dos profissionais estão concluindo o ensino superior e os demais, sessenta por cento, com ensino médio, declararam aperfeiçoarem-se futuramente.

MATERIAL E METODOS

A pesquisa foi realizada no Centro Municipal de Educação Infantil Branca de Neve está situado na Rua São Simão, Nº.369 esq. Com a Rua 02, Vila Eduarda, em São Luís de Montes Belos – Goiás. Fundado pela Irmã Bernadet (ADRIANE CASPRES) em fevereiro de 1979, com o Projeto Casulo, que era um projeto da LBA. No seu início, o Projeto atendia 60 (sessenta) crianças, sendo 30 (trinta) no turno matutino e 30 (trinta) no turno vespertino, e os funcionários trabalhavam nos dois turnos. o centro era mantido pela Igreja Católica.

A equipe era formada por: 01 (uma) coordenadora, 02 (duas) monitoras, 01(uma) merendeira e 01 (uma) faxineira, que depois do expediente as duas faziam a limpeza.

O prédio foi cedido pelo então prefeito Jutair Neto e continha: uma sala, uma cozinha com fogão à lenha, apenas uma torneira, numa pequena área de serviço, E um antigo mictório (privada) no quintal.

Por volta de 1981, o Projeto Casulo passa a se chamar Creche Branca de Neve, ocorrendo várias mudanças dentro da instituição. Os alunos (crianças de cerca de dois a seis anos) passaram a permanecer em tempo integral, com início às 8 horas, fornecendo café, almoço e jantar, saída era às 17 horas. A turma foi dividida em duas: uma de Meia Idade (crianças menores) e uma de Pré-escola (crianças maiores).

Nesse período começou-se a parceria com a Prefeitura Municipal, a qual passou a pagar uma parte dos funcionários: 02 (duas) merendeiras e uma professora.

Em 1983 a Creche começou a trabalhar com as crianças do Berçário (de seis meses a dois anos) com muita precariedade, procurando atender às necessidades das mães trabalhadoras.

Por volta de 1986, começou-se o atendimento em salas individualizadas, cada turma em sua sala, e o atendimento teve avanços, com atividades específicas, preparação dos funcionários (só poderia trabalhar com as crianças o professor que tivesse o 2º grau).

Em 1997 a entidade recebeu uma reforma e ampliação conforme exigência da ACEG (Associação de Creches do Estado de Goiás): Berçário com lactante e banheiro, cada sala com banheiro, área para recreação, reforma na cozinha e aquisição de equipamentos necessários para o bom funcionamento. Nesse processo houve a colaboração das Irmãs (representantes da Igreja Católica) e da Embaixada Holandesa.

Com a volta das Irmãs Passionistas para a Holanda em abril de 2003, O Centro de Educação Infantil Branca de Neve ficou sob a responsabilidade da ADOS (Associação Diocesana de Obras Sociais), tendo como presidente o Padre Matias, em parceria com a Prefeitura Municipal através da Secretaria de Educação.

Em 2004, com a transferência da Pré-Escola para as Escolas, o Centro de Educação Infantil (CEI) Branca de Neve ampliou o atendimento às crianças na faixa etária de 2 a 5 anos, isto é, as turmas de Meia Idade. Formaram três agrupamentos conforme a faixa etária: Meia Idade - 2 anos, Meia Idade - 3 anos, Meia Idade - 4 e 5 anos.

Em 2007 pela Lei de criação nº.1640/07 art. 1º, 2º e 3º o CEI Branca de Neve foi municipalizado, passando a ser o Centro Municipal de Educação Infantil Branca de Neve, permanecendo no prédio pertencente à Paróquia São Luíz Gonzaga.

A instituição Valéria Jaime Peixoto Perillo é o mais recente CMEI a ser criado em São Luís de M. Belos. O Centro Municipal de Educação Infantil Valéria Jaime Peixoto Perillo está situado na Rua Jatobá, quadra 07, lote 15, residencial Ipê em São Luís de Montes Belos – Goiás.

No dia 20 (vinte) de março de 2006, na gestão da então prefeita Marisa Assis de Oliveira Guimarães, foi inaugurado, no residencial Ipê, o prédio para o funcionamento do Centro Municipal de Educação Infantil Valéria Jaime Peixoto Perillo, com a capacidade de abrigar 60 (sessenta) crianças. Em 2007, o Centro Municipal de Educação Infantil foi oficialmente criado pela Lei nº 1.640/2007.

A Secretaria Municipal de Educação tem acompanhado sistematicamente e de forma mais intensificada as atividades dos dois CMEIs, através de uma Coordenação Pedagógica específica para a Educação Infantil, no Departamento Pedagógico, a qual busca auxiliar,

orientar e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos pelas equipes das instituições.

Nota-se que ambos seguem normativas de funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 10 horas diárias, com entrada às 7:00 e a saída às 17:00 de segunda-feira a sexta-feira. Cada CMEI consta de normas de funcionamento com horário determinado para as refeições, cuidados higiênicos, as pestanas (soneca) e atividades pedagógicas com cada turma, que são organizadas por faixa etária.

Conhece-se que as turmas são identificadas pela idade, O CMEI Branca de Neve e Valéria Jaime Peixoto Perillo oferecem educação infantil às crianças de 06 (seis) meses a 05 (cinco) anos de idade, respeitando os aspectos cognitivos e sociais das mesmas segundo a faixa etária, assim distribuído: Berçário – 06 a 2 (seis meses a dois anos); Meia Idade – 2 a 3 (dois a três anos); Meia Idade – 3 a 4 (três a quatro anos); Meia Idade – 4 a 5 (quatro a cinco anos).

Atualmente, cada CMEI conta com um número específico de crianças atendidas diariamente, a saber: CMEI Branca de Neve atende 63 (sessenta e três) crianças, nas turmas de:

- Berçário = 14 crianças;
- Meia Idade (2 anos) = 14 crianças;
- Meia Idade (3 anos) = 16 crianças.
- Meia Idade (4 e 5 anos) = 19 crianças.

O CMEI Valéria Jaime Peixoto Perillo, neste ano de 2009, atende um total de 61 (sessenta e uma) crianças, sendo agrupadas conforme a faixa etária:

- Berçário - (0 a 2 anos): 14 crianças;
- Meia Idade - 2 anos: 13 crianças;
- Meia Idade - 3 anos: 14 crianças;
- Meia Idade - 4 anos: 20 crianças.

Diante destes dados nota-se o amplo atendimento destes CMEIs às famílias e crianças de São Luís de Montes Belos – GO. A pesquisa aconteceu via questionários distribuídos a pais e responsáveis pelas crianças e buscou desvelar questões como: critérios estabelecidos pelos CMEIs para o atendimento das crianças, qual o sentido dos CMEIS para funcionários e pais que os integram. Trabalhou-se com um número de 7 funcionários e 12

famílias, que integram cada CMEI.

Para os questionários especificou-se a seguinte regra: questionário com perguntas fechadas e abertas, no qual o pesquisado pode justificar a resposta fornecida. Dessa forma, o entrevistado tem o direito de expressar seu ponto de vista em relação aos CMEIs em análise (Branca de Neve e Valéria Perillo).

Trabalhou-se também com entrevistas com pessoas que participaram da fundação do CMEI Branca de Neve. As dirigentes dos dois CMEIs se recusaram a participar das entrevistas, concordando somente em ceder o espaço para pesquisa e a participação dos professores.

Assim sendo, as duas instituições foram convidadas para fazerem parte da pesquisa. Primeiramente os funcionários foram informados que passariam por entrevistas gravadas, o que não agradou a grande maioria, que diante disso não quiseram mais participar da pesquisa. Dessa forma, reorganizou-se as questões em forma de questionários, estendendo essa prática também aos familiares da criança atendida em cada instituição. O questionário constou de vinte e três (23) questões para funcionários e treze (13) questões para os pais ou responsáveis pela criança que integram esses centros.

Os pais que responderam as enquetes foram abordados no momento em que levavam ou buscavam as crianças nos CMEIs. A colaboração das coordenadoras dos centros na pesquisa foi de grande auxílio, visto que comunicaram aos pais e responsáveis pelas crianças sobre a pesquisa, como seria realizada e sua finalidade; o que facilitou o processo e enriqueceu o trabalho. Outro fato interessante é que muitos dos pais e responsáveis tiveram que ser auxiliados. Sendo preciso, muitas vezes que lêssemos as perguntas e os auxiliássemos na escrita das respostas, tudo com ética e sem interferência.

Quanto aos funcionários, estes optaram por levarem o questionário para casa e devolverem depois, em outro dia. Essa atitude dificultou um pouco o trabalho, visto que muitos deles esqueciam os questionários em casa o que obrigou a várias visitas a estes lugares, objetivando recolher o material.

Nota-se que o questionário abrangeu a realidade dos pais/responsáveis, com objetividade, uma vez que o assunto tratado era de seu conhecimento. O questionário que os funcionários foram convidados a responder abrangia sua formação e sua vivência na instituição de educação infantil.

RESULTADOS E DICUSSÕES

Histórico da estruturação dos centros de atendimento à criança

O assunto atendimento à criança pequena é um tema que desperta atenção e desvela a compreensão da real concepção que o adulto traz da criança. A história da organização dos centros de atendimento a criança é polêmica, uma vez que se apresenta presa ao aspecto do cuidar e do assistencialismo. Esses estabelecimentos no Brasil surgiram por volta da metade do século XVIII segundo Antunes (2004), Craidy (2001;2006), kuhlmann Junior (1998) Kramer (2003), Merisse (1997), Marcílio (2006), Nunes (2005) e Oliveira (1992; 2007), dentre outros, sua função concentrava-se em reduzir a mortalidade infantil.

De 1726 – 1950, funcionou no País a Roda dos Expostos, objetivando acolher as crianças abandonadas. Assim, as famílias teriam outros locais para abandonarem as crianças, sem ser preciso deixá-las no lixo, próxima a porta de igreja ou em portas de outras famílias, como era de costume. Marcílio (2006, p. 53 - 54) afirma que “O sistema de Rodas dos Expostos foi inventado na Europa Medieval. Seria ela um meio encontrado para garantir o anonimato do expositor e assim estimulá-lo a levar o bebê que não desejava para a roda, [...]”.

Desde o princípio os conventos (casa de formação religiosa) se apresentavam como ambientes abertos ao acolhimento de crianças que eram abandonadas por motivos econômicos, saúde e de sobrevivência (OLIVEIRA, 2007). Às crianças recolhidas e cuidadas, o seu destino era a adoção. Essas instituições realizavam o básico: preservar a vida. A grande maioria das crianças em situação de acolhidos por essas instituições eram doadas a famílias que cuidariam delas.

Vale ressaltar que essas crianças não eram consideradas parte da família, mas sim, prestadores de serviços domésticos que trocavam a mão-de-obra pela alimentação. Logo que as crianças eram desmamadas, eram vista como um pequeno adulto, e assim passava a ajudar nos afazeres cotidianos (MARCÍLIO, 2006) .

Nesse contexto, surgem as primeiras instituições de atendimento à criança com intuito de assistir as crianças que não nasciam em famílias privilegiadas.

Frente ao abandono e a necessidade de colaborar no atendimento a essas crianças

surtem os asilos, essa palavra tem origem italiana, segundo Oliveira (2007, p. 58) “O termo Italiano *asilo* indica um ninho que abriga.” Esses locais tinham traço filantrópico e prevalecia o cuidar da criança desassistida. Até esse momento não havia preocupação com o educar, já que este era responsabilidade da família. O motivo principal era garantir a sobrevivência delas, acomodá-las e suprir as suas necessidades alimentares e higiênicas.

O que se mostra, então, é que essas instituições queriam servir aos anseios do sistema de diminuir o alto número de mortalidade infantil. Assim, tanto o sistema quanto as instituições obtinham resultados em manter o controle das mortes por abandono e por falta de cuidados básicos de limpeza, que na maioria das vezes, não permitiam as crianças chegarem à vida adulta.

O surgimento das políticas públicas de amparo à criança no Brasil

O surgimento das políticas públicas para o atendimento a criança no Brasil segundo Nunes (2005) e Oliveira (2007) aconteceram a partir da segunda metade do século XIX, com a organização da primeira instituição, cuja função era de proteger a criança. Assim, inicia-se o processo de implantação de creches devido à necessidade das mães trabalhadoras, que precisavam colaborar com as despesas familiares, e precisavam de ambientes que acomodassem seus filhos durante o período de trabalho. Diante disso, começam a surgir instituições com a finalidade de cuidar das crianças pequenas enquanto as mães trabalham, assim como suprir suas necessidades básicas, especialmente aquelas que se encontravam em situação de abandono e carência alimentar.

As políticas de atendimento à criança não surgem para garantir o direito da mãe trabalhadora, sua missão é garantir a sobrevivência da infância (MERISSE, 1997). Diante disso, surgem várias tentativas legais para assegurar amparo às crianças abandonadas e ou filhos de mães trabalhadoras, nesse sentido, Nunes (2005, p. 74) diz que “O Código de 1927 foi um marco na linha política e ideológica que conduziu, de forma hegemônica, o padrão brasileiro de proteção à infância até os meados dos anos de 1980”. O reconhecimento do Código do Menor, tornou-se ponto inicial para reconhecimento da criança como cidadã, suprida de direitos que resguardam sua sobrevivência. E mesmo em condições de abandono, os conhecidos como “vadios e libertinos”, tinham direito sobrevivência.

A Casa do Pequeno Jornaleiro (1938), foi uma das principais instituições do

país a se preocupar com a proteção dos menores carentes (MERISSE, 1997); (KUHLMANN JUNIOR, 1998). Com esse enfoque estruturou-se o Departamento Nacional da Criança em 1940 vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, com o objetivo de fornecer amparo aos menores. Surge também a Legião Brasileira de Assistência (LBA), (Decreto Lei 99.244 27/05/1969), cujo compromisso era assistência as mães e crianças em programas de educação, higiene e apoio nutricional, entendendo que com o atendimento às mães automaticamente socorreriam os pequenos.

Organiza-se SAM (Serviço de Atendimento ao Menor), em 1941 (Decreto Lei 3799 05/11/1941) vinculado ao Ministério da Justiça. Nota-se que o menor se depara com a possibilidade de ter resguardado sua sobrevivência, com o respaldo legal. Como afirma Nunes (2005, p. 77) que diz,

[...] o atendimento à infância passou a ser articulado em torno da Política Nacional de Bem-Estar do Menor, e executada pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Fundabem), que coordenava as diversas Fundações Estaduais de Bem-Estar do menor (Febem), num novo arcabouço institucional. A Funabem, criada em 1964, cabia estabelecer as diretrizes gerais que seriam executados pelas fundações estaduais.

Essas instituições reconheciam que as crianças necessitavam de proteção e, para isso, era necessário a intervenção do Estado, já que a família não garantia o mínimo de cuidado que resguardasse a vida dos menores. Praticamente o SAM e o Código de 1927, reforçaram o confinamento com visão tutelar e judicial destinado às crianças consideradas como menores abandonados ou delinquentes⁵.

Nesse escopo, a Constituição de 1988 reconhece como direito da criança e dever do Estado o cumprimento do acesso à educação em creches e pré - escolas. Nas décadas de 80 e 90 houve debates sobre a importância das crianças receberem estímulos cognitivos adequados para reverter os índices elevados de retenção escolar nos primeiros anos obrigatórios do ensino fundamental. Em 1990 surge também o ECA (Estatuto da Criança e dos Adolescentes), se tornando um aliado na garantia da preservação do atendimento à infância como direito.

Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da educação 9.394/96 estabelece o ensino infantil como parte integrante da educação básica como pontua Oliveira (2007, p.117):

⁵ Delinquir. Cometer falta, crime, delito. Delinqüente – que ou quem delinquir. Mini Aurélio, 2000.

“Lei 9.394/96, que estabelece a educação infantil como etapa inicial da educação básica, conquista histórica que tira as crianças pequenas pobres de seu confinamento em instituições vinculadas de órgãos de assistência social. [...]”

Com essa conquista histórica da lei e de acordo com o artigo 29 da LDB/96 estabelece que a primeira etapa da educação básica tenha por objetivo o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade⁶, no aspecto físico psicológico, intelectual e social em complemento da ação da família e da comunidade. E no artigo 31 determina que a avaliação da educação infantil seja feita por meio de acompanhamento e anotações do seu desenvolvimento como porta de acesso ao ensino fundamental.

Celso Antunes (2004) também ressalta a importância da Lei na efetivação dos parâmetros que norteiam a educação infantil e assim asseguram uma educação que visa o desenvolvimento integral da criança.

A LDB fixou as normas mínimas que asseguram o desenvolvimento das diretrizes para a Educação Infantil homogênea em todo território nacional e, em 1999, o conselho nacional fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil que, com força de lei, estabelecem fundamentos que devem nortear as propostas pedagógicas das creches e pré - escolas, levando em conta princípios éticos, políticos e fazendo menção à ludicidade como um dos princípios estéticos que deve balizar a Educação Infantil (ANTUNES, 2004, p. 18).

Desta forma, a educação infantil passa por caminhos de lutas e conquistas diárias, em que as políticas públicas amparam as crianças no seu direito de usufruírem das condições básicas para seu desenvolvimento. O Referencial Curricular (1998, p. 21) afirma que “A criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas.” Essa mudança no reconhecimento da criança como ser apto a aprendizagem, com reflexo sobre os ambientes físicos, com efeito favorece o atendimento dos pequenos.

Tabulação das informações

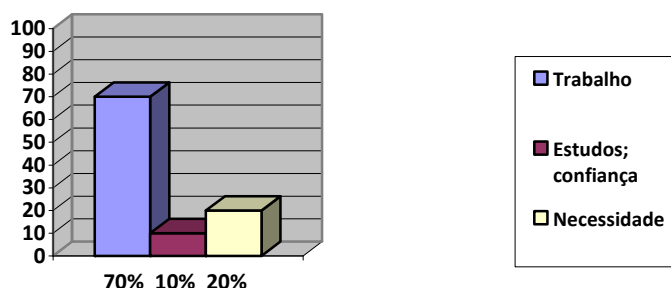
As análises dos dados coletados desvelaram a concepção que os integrantes dos

⁶ O projeto de Lei nº 144/2005, aprovado pelo Senado em 25 de janeiro de 2006, estabelece a duração mínima de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Essa medida deverá ser implantada até 2010 pelos Municípios, Estados e Distrito Federal. Durante esse período os sistemas de ensino terão prazo para adaptar-se ao novo modelo de pré-escolas, que agora passarão a atender crianças de 4 e 5 anos de idade.

CMEI possuem sobre o mesmo, além de trazerem informações relevantes sobre a clientela dessas instituições. Ressalta-se que foram escolhidas alguns gráficos e comentários para aparecerem no artigo, contudo, os gráficos completos estão em anexo.

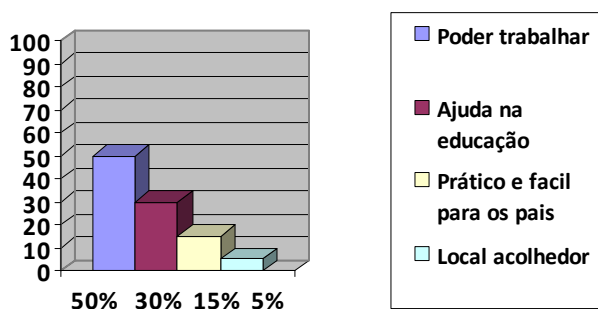
Segue a organização qualiquantitativa dos dados, reproduzidas em forma de gráficos, para melhor compreensão e observação. Optou-se por apresentar primeiramente os dados relativos às respostas dadas pelos pais e responsáveis sobre o conhecimento da realidade do ensino na Instituição de Educação Infantil (CMEI), na visão que os pais/responsáveis tem em relação a essa modalidade de ensino, que representa a primeira fase do ensino fundamental.

Por que você optou por deixar seu filho no CMEI?



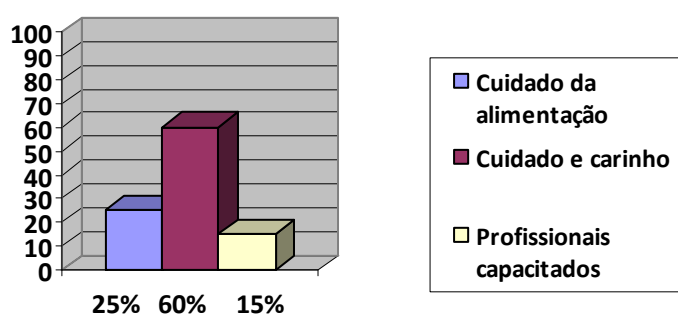
70% dos pais pesquisados optaram pelo atendimento no CMEI como solução devido à necessidade das mães trabalhadoras, que precisavam colaborar com as despesas familiares, e também para suprir as necessidades básicas das crianças. 20% responderam que deixam seus filhos por necessidade que suas crianças recebem alimentação e cuidados. E 10% relatam que estudam em tempo integral e deixam suas crianças no CMEI e também confiam na unidade de ensino infantil.

Para você o CMEI é importante por quê?



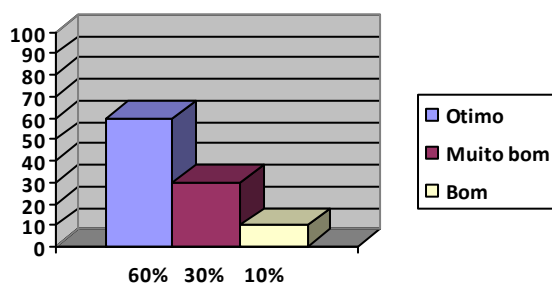
50% dos pais responderam que o CMEI é importante porque precisam trabalhar, atestando o que diz Oliveira (2007) que a preocupação maior quando se fala em creche é alimentar, cuidar da higiene e da segurança da criança, sendo pouco valorizado um trabalho orientado à educação e ao desenvolvimento intelectual e afetivo dos infantes. 30% disseram que a instituição colabora com a educação das crianças. 15% relataram que o CMEI é local prático e de fácil acesso por ser perto de sua residência. E 5% optaram por deixarem seus filhos nessas instituições por ser um ambiente acolhedor.

O que você pensa do atendimento que sua criança recebe no CMEI ?



60 % responderam que o atendimento que a criança recebe no CMEI envolve o cuidado e carinho. 25% disseram que as crianças recebem cuidado na alimentação e 15% relataram que os profissionais que atendem seus filhos são capacitados.

Classificação do CMEI

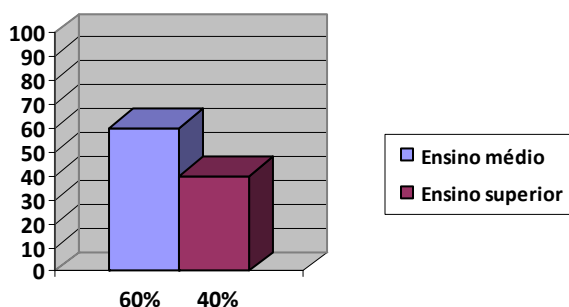


De acordo com a pesquisa, 60% dos pais classificam a unidade infantil com ótimo, 40% no conceito de muito bom e 10% relataram que o CMEI é bom. Assim, percebe-se que a comunidade aprova o trabalho desenvolvido pela instituição de ensino infantil.

Nessa etapa far-se-á apresentação dos dados da pesquisa feita com os profissionais

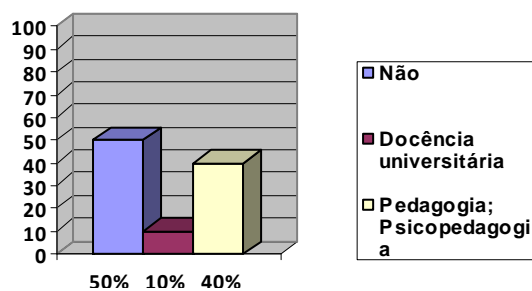
dos CMEIS.

Quanto à formação



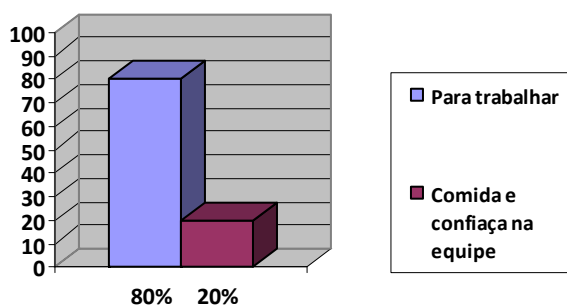
Questionados a respeito da sua formação 60% possuem ensino médio, observando que a capacitação dos profissionais envolvidos com as crianças é fundamental para que possam possibilitar suportes em todas as atividades recreativas, despertando atitudes apropriadas para seguir regras e limites. E 40% dos profissionais já concluintes do ensino superior.

Pretende fazer especialização; possui especialização?



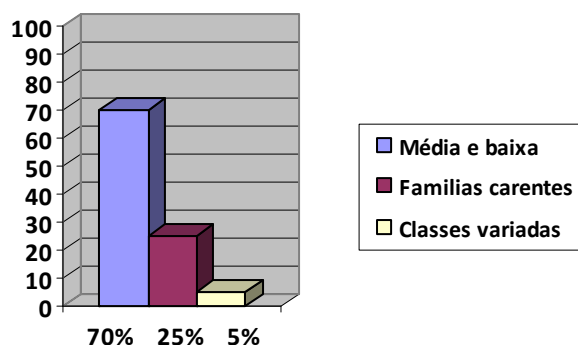
Quando questionados se possuem especialização 50% dos professores responderam que pretendem ficar apenas com o ensino médio. 40% dos profissionais responderam que desejam graduar em Pedagogia e os graduados se especializarem em Psicopedagogia e 10% pretendem fazer pós em Docência Universitária.

Para você por que os pais deixam suas crianças no CMEI ?



80% dos monitores questionados consideram que os pais deixam as crianças no CMEI para trabalhar, 20% por causa da alimentação no horário certo e também pela confiança na equipe do CMEI.

Que tipo de clientela o CMEI atende?



70% da clientela do CMEI segundo os profissionais da instituição, são de classe média e baixa; 25% são de famílias carentes e 5% são crianças que independente de fatores sociais conseguem vaga na instituição de ensino infantil.

CONCLUSÕES

Observa-se que as informações são contundentes ao se referir à função de cuidar ou ensinar desses centros. Na visão dos pais os CMEIs surgem de uma necessidade de ter um ambiente seguro e confiante para a criança cujos pais ou responsáveis trabalhem fora.

Nota-se que o trabalhar fora do lar determina a vaga no CMEI. E a parceria entre os pais e instituição acontece na relação existente entre o cuidado e a alimentação; o que qualifica o atendimento que a criança recebe na instituição de educação infantil.

Percebe-se que os pais prezam bastante o cuidado recebido pela criança nos centros de atendimento infantil, contudo, confirmam que os CMEIS podem colaborar na parte educacional de seus filhos, uma vez que ensinam normas e regras de convivência em grupo.

Na verdade a educação infantil trabalha formação de hábitos, ou seja, prepara o infante para o processo escolar, visto que o objetivo da educação infantil é educar a criança no todo, sem separação entre o cuidado e a educação (CERISARA, 2004).

Na opinião dos profissionais destes centros esse espaço precisa estar sempre agradável, organizado e limpo para acolherem os pequenos. Eles reconhecem a importância e necessidade desses locais para os pais e responsáveis que deixam lá suas crianças. Fundamentalmente no cuidar e educar observa-se que o aspecto cuidar ganha mais atenção por parte dos pais. O auxílio da criança no andar, falar, brincar e conviver nem sempre é visto como feitos do educar.

Outro ponto relevante na pesquisa é a preocupação de boa parte dos funcionários em se especializar para melhor desenvolverem suas atividades nos centros de educação infantil. Reconhecem, assim, que podem aperfeiçoar na qualidade do acompanhamento a essas crianças e os frutos serão uma educação infantil alicerçada na criança e não na instituição.

Nota-se que os pais/responsáveis e profissionais entrevistados percebem o desafio lançado ao ensino infantil, que consta, além da estruturação do ambiente, com a formação do profissional que nele atua, com a confiança mútua entre seus membros e o respeito.

Portanto, estabelece que o cuidar e o educar iniciam-se na formação do profissional pautada na confiança de quem cuida e educa as crianças como forma de garantia da autonomia de escolha de obter acesso e permanência da criança nesses centros, com qualidade e segurança.

Nesta pesquisa abriu-se caminhos para uma compreensão do sentido que os centros de educação infantil possuem para a comunidade que o constitui. Isso porque os pais ao se ausentarem do lar para trabalhar necessitam de ambiente que acolham com segurança suas crianças. Nota-se que em primeira instância o sentido dos CMEIS para sua comunidade é o de suprir a ausência dos pais/responsáveis para o infante. Reforça aqui o acolhimento e o cuidado destes pequenos, como garantia de segurança e apoio a eles em todas as suas necessidades.

Percebe-se, que o CMEI se tornou local prático e fácil para os pais deixarem seus filhos durante o período que trabalham fora. Isso, especialmente, porque a criança é cuidada e alimentada o que para os pais é de extrema importância. Ressalta que a ação do cuidado, que reflete na parte externa da criança, tão logo fundamenta-se no cuidado físico.

Observa-se, que a comunidade representada pelos pais/responsáveis valoriza o CMEI como ambiente que funciona melhor que babá. O percebem como um local onde as crianças são tratadas com carinho, bem educada, e ainda um lugar que transmite confiança. A comunidade pesquisada denomina a instituição de educação infantil que sua criança frequenta como muito boa. Acrescentam que nesse local os profissionais possuem preparo para trabalharem com a criança. Evidencia-se que a comunidade aprova o atendimento que o CMEI proporciona às crianças, visto que o consideram como um local ótimo. Sabe-se que ainda a comunidade deseja que a parte assistencialista funcione de acordo com a necessidade da comunidade, ou seja, tenha vaga e disponibiliza o atendimento mantendo os filhos em segurança, cuidados e alimentados.

Tanto os profissionais dos CMEIs quanto os pais estão cientes de que o ato de educação no sentido formal virá com o tempo, na unidade escolar. Quanto ao motivo que leva os pais a procurarem os centros de atendimento à criança pequena, é o trabalho. Percebeu-se que a clientela desses centros são constituídas por pessoas que moram nas proximidades, geralmente de baixa e média renda e que primam pelo cuidado e alimentação que as crianças recebem. Outro ponto é o desenvolvimento da criança. Esse aspecto foi pouco citado, contudo alguns pais citaram que nesses centros as crianças possuem oportunidades de se desenvolver sua autonomia e vivência em grupo.

Faz-se importante notar que não houve menção por parte dos pais acerca da importância estrutural pedagógica da unidade, em que a organização ocorre de acordo com a direção ou coordenação. Diretoras e coordenadoras, diante disso tem a confiança dos pais para realizarem a organização do ambiente. Os pais não interferem e nem cobram da direção a questão de lotação e estruturação das salas que acomodam essas crianças por uma boa parte do dia .

No que se refere acolhida e permanência dos infantes no CMEI, mesmo com toda a confiança dos responsáveis, destacada na pesquisa, houve profissionais que reclamaram da falta de apoio dos pais.

Vale ressaltar que a maioria dos responsáveis desconhecem as atividades desenvolvidas pelas crianças em cada faixa etária, para os pais a parte externa da criança é o que realmente importa, como apresenta algumas falas dos pais: *“a criança bem zeladinha, limpinha e cheirosa, além de comer bem”*.

Aqui reforça a intencionalidade assistencialista da instituição. O aspecto do cuidar está muito presente na concepção dos CMEIs. Parece estar longe a compreensão da comunidade de que suas crianças tem direito ao cuidado e a educação nesses centros.

Portanto, é função do ensino infantil trabalhar a criança de forma integral, sem especificação e fragmentos entre o cuidado e a educação, contudo essa visão parece ainda não ser um consenso entre funcionários como entre os pais e responsáveis pela criança. A mudança na concepção de ensino infantil ocorrerá a passos lentos, iniciando por meio da especialização dos profissionais do CMEI, no conhecimento das leis que regem a educação infantil no país - em não entender essa etapa de ensino como um privilégio das classes subalternas, mas um direito da criança. Assim, a concepção do CMEIs como espaço educativo que surge da necessidade e do direito da criança e dos pais e que oportuniza a criança à socialização e desenvolvimento é pouco difundido, ficando, muitas vezes essa da educação ligada a necessidade dos pais de terem um local onde deixar seus filhos trabalharem.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Educação infantil: prioridade imprescindível**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2004.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. Rio de Janeiro. LTC. ed.; 1978.

ARRIBAS, Leixá Tereza... [et al.]; **Desenvolvimento, currículo e organização escolar**. Tradução Fátima Murad – 5. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. (volume 2).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo . Brasiliense, 2006.

CERISARA, Ana Beatriz. Por uma pedagogia da educação infantil: desafios e perspectivas para as professoras. In BARBOSA, Raquel Lazzari Leite(organizadora). **Trajetória e perspectivas da formação de educadores.** desafios e perspectivas para as professoras. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação infantil:** pra que te quero?. Porto Alegre: Armed Editora, 2001.

CRAIDY, Carmem Maria (org). **O educador de todos os dias.** Convivendo com crianças de 0 a 6 anos. Porto Alegre. 5ª ed. Mediação, 2006.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** 8ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910 – 1989. Miniaurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa/ Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação de edição, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; lexicografia, margarida dos anjos... [et al]. 4 ed. rev. ampliada. – Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2000.

FREITAS, Marcos Cezar de. MARCILIO, Maria Luiza. **História social da infância no Brasil.** 6 ed. 2006.

KRAMER, Sonia, organizadora. Uma alternativa curricular para a educação infantil. **Com a pré-escola nas mãos.** São Paulo: Editora Ática, 2003.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil:** uma abordagem histórica. Porto Alegre. Mediação, 1998.

MERISSE, Antonio... (et al). **Lugares da infância:** reflexão sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato – São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

NOVA ESCOLA. **Educação infantil.** O que trabalhar todo dia na creche e na pré-escola. Edição Especial, nº 217, 2008.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil.** fundamentos e métodos. 3ª Ed. São Paulo; Cortez, 2007. (coleção docência em formação).

OLIVEIRA, Zilma de Moraes. **Creches: crianças, faz de conta & Cia...**[et al.]. Petrópolis, RJ. Vozes, 1992.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Guia do líder**. 10.ed. revista. Curitiba-PR, 2007.

REDIN, Euclides. **O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca**. Porto Alegre. Mediação, 1998.

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. (org). NUNES, Deise Gonçalves. **Educação da infância: historia e política** – Rio de Janeiro DP&A, 2005.

TERESA, Leixá Arribas... [et al]; tradução Fátima Murad. **Educação infantil: desenvolvimento**, currículo e organização escolar. 5^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.